

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

principal linha de negócio do Banco é a concessão de crédito para clientes do segmento Private Banking garantidos por posições custodiadas por instituições integrantes do Conglomerado Credit Suisse Brasil.

Política de distribuição de dividendos
Os acionistas estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Basileia
O Conglomerado Credit Suisse Brasil apra suas limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2019 foi de 22,34% (2018 - 21,85%).

Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 30 de março de 2020, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://br.credit-suisse.com/site/politica/governanca/riscos-seam>.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		550.319	586.050		
Disponibilidades	6	99	72		
Títulos e valores mobiliários	5	84.667	111.857		
Carteira própria.....		70.222	88.288		
Vinculados à prestação de garantias.....		14.445	23.569		
Relações interfinanceiras		213	375		
Depósitos no Banco Central.....		213	375		
Operações de crédito		464.718	464.099		
Operações de crédito - setor privado.....	7a	464.397	464.317		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa....	7b/c	(1.679)	(2.248)		
Outros créditos		622	9.647		
Diversos.....	8	622	19.086		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa....		-	(9.439)		
Realizável a longo prazo		956.083	638.256		
Operações de crédito		956.083	610.646		
Operações de crédito - setor privado.....	7a	958.569	613.612		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa....	7b/c	(3.312)	(2.966)		
Outros créditos	8	826	27.610		
Diversos.....		826	54.291		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa....		-	(26.681)		
Permanente		692	942		
Investimentos		1	1		
Outros investimentos.....		1	1		
Imobilizado		691	941		
Imobilização de uso.....		2.887	2.890		
Depreciações acumuladas.....		(2.196)	(1.949)		
Intangível		-	-		
Ativos intangíveis.....		9	9		
Amortizações acumuladas.....		(9)	(9)		
Total do ativo		1.507.094	1.225.248		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Circulante		1.073.415	799.020		
Depósitos		1.037.183	766.864		
Depósitos à vista.....		26.858	7.150		
Depósitos interfinanceiros.....		615.732	429.500		
Depósitos a prazo.....		394.593	330.214		
Recursos de aceites e emissão de títulos		29.767	20.228		
Recursos de depósitos em garantia.....		29.767	20.228		
Outras obrigações		6.465	11.928		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		43	180		
Sociais e estatutárias.....	9a	904	2.741		
Fiscais e previdenciárias.....	9b	570	1.259		
Negociação e intermediação de valores.....		-	-		
Diversas.....	9c	4.948	7.747		
Exigível a longo prazo		255.993	244.474		
Depósitos		207.760	169.015		
Depósitos a prazo.....		207.760	169.015		
Recursos de aceites e emissão de títulos		44.665	70.445		
Recursos de depósitos em garantia.....		44.665	70.445		
Outras obrigações		3.568	5.414		
Sociais e estatutárias.....	9a	412	655		
Diversas.....	9c	3.156	4.759		
Patrimônio líquido	12	177.686	181.754		
Capital de domiciliados no país.....		135.000	135.000		
Reservas de lucros.....		47.346	47.346		
Ajustes de avaliação patrimonial.....		(1.008)	(592)		
Lucros (prejuízos) acumulados.....		(3.652)	-		
Total do passivo e patrimônio líquido		1.507.094	1.225.248		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados		Total
		2019	2018	legal	estatutária	avaliação patrimonial	avaliação patrimonial	2019	2018	
Em 1º de janeiro de 2018		135.000	-	16.126	38.015	(236)	-	(12.401)	-	176.554
Ajustes de avaliação patrimonial.....	10	-	-	-	-	(356)	-	-	-	(356)
Absorção de prejuízo.....	12b	-	-	-	(12.401)	-	-	12.401	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	7.352	7.352	7.352
Destinações:										
Reserva legal.....	12b	-	-	368	-	-	-	(368)	-	-
Reserva estatutária.....	12b	-	-	-	5.238	-	-	(5.238)	-	-
Dividendos.....	12c	-	-	-	-	-	-	(1.746)	(1.746)	(1.746)
Em 31 de dezembro de 2018		135.000	-	16.494	30.852	(592)	-	181.754	-	181.754
Ajustes de avaliação patrimonial.....	10	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	-	-	(3.652)	(3.652)	(3.652)
Em 31 de dezembro de 2019		135.000	-	16.494	30.852	(1.008)	-	177.686	-	177.686
Em 1º de julho de 2019		135.000	-	16.494	30.852	(592)	-	187.014	-	187.014
Ajustes de avaliação patrimonial.....	10	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
Prejuízo do semestre.....		-	-	-	-	-	-	(8.912)	(8.912)	(8.912)
Em 31 de dezembro de 2019		135.000	-	16.494	30.852	(1.008)	-	177.686	-	177.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre		Exercícios	
		2019	2018	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		50.657	96.634	94.606	94.606
Receitas de crédito.....		46.442	87.946	84.555	84.555
Receitas de depósitos em garantia e valores mobiliários.....		4.215	10.888	10.053	10.053
Despesas da intermediação financeira		(16.559)	(48.522)	(52.153)	(52.153)
Operações de captações no mercado.....		(34.626)	(66.687)	(64.218)	(64.218)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros.....	8	(18.368)	(18.368)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	7c/8	36.435	36.313	12.065	12.065
Resultado bruto da intermediação financeira		34.098	50.112	42.455	42.455
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.132)	(16.649)	(24.853)	(24.853)
Despesas de pessoal.....		(9.009)	(12.341)	(19.562)	(19.562)
Outras despesas administrativas.....	15a	(2.965)	(5.674)	(4.585)	(4.585)
Despesas tributárias.....		(843)	(1.520)	(1.433)	(1.433)
Outras despesas operacionais.....	15b	27.990	3.210	1.069	1.069
Resultado operacional		23.966	33.463	17.602	17.602
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		23.966	33.463	17.602	17.602
Imposto de renda e contribuição social	14	(32.878)	(36.385)	(10.547)	(10.547)
Provisão para imposto de renda.....		-	-	(630)	(630)
Provisão para contribuição social.....		-	-	(556)	(556)
Ativo fiscal diferido.....		(32.878)	(36.385)	(9.059)	(9.059)
Participações nos lucros		-	-	(730)	(730)
Lucro líquido / (Prejuízo) do semestre/exercício		(8.912)	(3.652)	7.352	7.352
Lucro líquido / (Prejuízo) do semestre/exercício em circulação do capital social - R\$		(165.04)	(67.63)	136.15	136.15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Semestre		Exercícios	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício	(8.912)	(3.652)	7.352	7.352
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo).....	(838)	2.916	(3.462)	(3.462)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa.....	17.431	(192)	12.065	12.065
Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	(36.120)	(36.120)	-	-
Depreciações.....	125	250	252	252
Constituições / (Reversões) para riscos fiscais e outros passivos contingentes.....	2.629	2.629	(713)	(713)
Atualização de Depósitos em Garantia.....	(36)	(36)	-	-
Prejuízo na baixa de imobilizado.....	-	-	9.059	9.059
Impostos e contribuições diferidos.....	32.878	36.385	5	5
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício ajustado	(9.750)	(736)	3.890	3.890
Variações patrimoniais	9.797	2.509	(164.864)	(164.864)
Títulos e valores mobiliários.....	17.431	27.190	26.762	26.762
Relações interfinanceiras.....	(53)	162	(245)	(245)
Operações de crédito.....	(349.797)	(432.080)	(210.889)	(210.889)
Outros créditos.....	35.894	35.880	(262)	(262)
Depósitos.....	250.542	309.604	(80.807)	(80.807)
Recursos de aceites e emissões de títulos.....	696	(15.842)	10.012	10.012
Outras obrigações.....	(781)	(7.869)	261	261
Resultado de exercícios futuros.....	-	-	(51)	(51)
Juros recebidos.....	55.865	87.043	90.974	90.974
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	-	-	(739)	(739)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	47	1.773	(160.974)	(160.974)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e bonificações pagos.....	-	(1.746)	-	-
Caixa utilizado pelas atividades de financiamento	-	(1.746)	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	47	27	(160.974)	(160.974)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	47	27	(160.974)	(160.974)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....	52	72	161.046	161.046
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício.....	99	99	72	72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") atua como Banco Múltiplo e está autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. O Banco é empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros do Banco. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela administração e submetidas ao Comitê de Auditoria em 03 de Março de 2020.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo, exceto títulos e valores mobiliários, são demonstrados pelos valores de realização e liquidação, respectivamente, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro rata" dia) até a data do balanço, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável. c. Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. d. Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; • Títulos disponíveis para venda - não se enquadrando como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata" dia) reconhecidos no resultado do exercício. e. Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; e • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários. f. Baixa de ativos financeiros - conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN), os ativos financeiros quando, da venda ou transferência, são considerados como direitos contratuais sobre o seu fluxo de caixa futuro, desde que não haja o desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. g. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%. A alíquota da CSLL para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2018, passando para 20%, de acordo com a Lei nº 13.169/15. A partir de janeiro de 2019 a alíquota da CSLL retornou para 15%. Vale ressaltar que a Emenda Constitucional 103/19, aprovada em 12 de novembro de 2019, introduziu uma nova majoração de alíquota da CSLL para os Bancos, que passaram a ser tributados à alíquota de 20%, a partir de março de 2020, conforme descrito na nota 14a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumulada. Esses impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. l. Planos de remuneração de longo prazo - os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições tais como a permanência na instituição, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

13. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05. **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	2019		2018	
Ativo					
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	60.793	76.979		
Passivo					
Títulos e valores mobiliários					
Depósitos à vista	Relacionadas	214	271		
Depósitos interfinanceiros	Controlador	615.732	429.500		
Depósitos a prazo	Relacionadas	5.927	39.321		
Outras obrigações:					
Sociais e estatutárias	Controlador	-	1.746		
Diversas - aluguel	Controlador	96	90		
Diversas - outros valores a pagar	Controlador	-	10		
Resultado					
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controlador	194	1.726		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Relacionada	3.967	4.554		
Resultado de operações de captação no mercado	Controlador	(28.363)	(9.039)		
Resultado de operações de captação no mercado	Relacionadas	(1.172)	(3.066)		

b. Remuneração do pessoal chave da administração: • Benefícios de curto prazo: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram registrados benefícios de curto prazo referentes a honorários no valor de R\$ 1.022 (2018 - R\$ 1.001) e seus respectivos encargos sociais no valor de R\$ 230 (2018 - R\$ 225).

14. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		
Participações nos lucros e resultados	33.463	17.597
	(730)	-
Base de Cálculo	32.733	17.597
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 15% ⁽¹⁾	(13.093)	(7.919)

...continuação

	2019	2018
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas não dedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	-	36
Incentivos fiscais	-	42
Efeito do aumento da CSLL ⁽²⁾	2.808	(2.404)
Reversão do estoque de ativo fiscal diferido ⁽³⁾	(26.100)	-
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.385)	(10.245)

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2018, passando para 20%, de acordo com a Lei nº 13.169/15. A partir de janeiro de 2019 a alíquota da CSLL retornou para 15%. Contudo, a Emenda Constitucional 103/19, aprovada em 12 de novembro de 2019, introduziu uma nova majoração de alíquota da CSLL para os Bancos, que passaram a ser tributados à alíquota de 20% a partir de março de 2020; ⁽²⁾ Refere-se à equalização da alíquota efetiva da CSLL em relação à alíquota de 20%; e ⁽³⁾ Em dezembro de 2019, foi efetuada a baixa integral do estoque dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A baixa dos créditos tributários foi líquida do passivo fiscal diferido, tendo em vista a compatibilidade de prazos na expectativa da realização dos tributos diferidos - vide nota 14c.

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos diferidos		
Reversão de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	(25.676)	(7.738)
Reversão de base negativa de CSLL	(4.016)	(1.023)
Reversão de prejuízo fiscal	(6.693)	(298)
Total de impostos diferidos	(36.385)	(9.059)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	(1.186)
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.385)	(10.245)

c. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade do Banco e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões relativas aos planos de gratificações e provisões indedutíveis. Em 31 de dezembro de 2019, foi efetuada a baixa de todo o estoque do ativo fiscal diferido, tendo em vista o não atendimento da condição prevista no inciso II, do artigo 1º, da Resolução CMN nº 3.059/02.

	2018	Constituição	Reversão	Patrimônio	
				Líquido	2019
Prejuízo fiscal	6.693	4.823	(11.516)	-	-
Base negativa de CSLL	4.016	5.197	(9.213)	-	-
Diferenças temporárias	25.246	5.173	(30.849)	430	-
Total de créditos tributários	35.955	15.193	(51.578)	430	-

	2017	Constituição	Realização	Patrimônio	
				Líquido	2018
Prejuízo fiscal	6.991	-	(298)	-	6.693
Base negativa de CSLL	5.039	-	(1.023)	-	4.016
Diferenças temporárias	32.743	1.184	(8.922)	241	25.246
Total de créditos tributários	44.773	1.184	(10.243)	241	35.955

15. Outras informações: **a.** Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas com serviços técnicos especializados no valor de R\$ 816 (2018 - R\$ 962), despesas de serviços do sistema financeiro de R\$ 1.059 (2018 - R\$ 699), despesas de aluguel de R\$ 1.096 (2018 - R\$ 1.009), despesas de associações de classe de R\$ 1.154 (2018 - R\$ 623), despesas de condomínio de R\$ 211 (2018 - R\$ 205) e despesas de depreciação de R\$ 250 (2018 - R\$ 0). **b.** Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, a reversão de provisão trabalhista no valor de R\$ 2.960 (2018 - R\$ 0). **c.** O Conglomerado Credit Suisse Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Baseila calculado com base no Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2019, foi de 22,34% (2018 - 21,85%).

A DIRETORIA

Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC 1SP 178320/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e ao Acionista do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Ad-

ministração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7